



PENSAMENTO SOBRE AÇÃO SOCIAL NO PROTESTANTISMO BRASILEIRO

Silas Luiz de Souza

Graduado em História pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), mestre em Ciências da Religião pela mesma instituição e doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e do Seminário Presbiteriano do Sul. Pesquisador do Núcleo Multidisciplinar de Estudos do Protestantismo (Numep).

E-mail: silasluzidesouza@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama do pensamento e da ação social do cristianismo desde os primórdios até a chegada dos missionários às terras brasileiras. No Brasil, o pensamento inicial visava sobre a importância de cada cristão individualmente realizar ação social em sua prática, de modo a tornar a sociedade melhor. Posteriormente, o pensamento se ampliou no conceito de responsabilidade social da Igreja e do cristão e foi confundido por alguns como teoria esquerdista ou comunista, sendo, portanto, estancado após o golpe militar. Hoje, há um revigoramento do pensamento teológico e da ação social no protestantismo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Protestantismo brasileiro; Pensamento social; Ação social; Ética; Igreja.

1. INTRODUÇÃO

Nesta primeira parte, busca-se apenas oferecer uma breve visão de alguns aspectos que indicam a importância da ação diaconal da Igreja desde os primeiros séculos de existência do cristianismo. A palavra *diaconal*, que significa *serviço*, provém da língua grega, que foi usada na escrita do Novo Testamento. Os ministérios e as ações da Igreja são serviços que se prestam a Deus e ao mundo, mas a palavra passou a indicar principalmente

o serviço em benefício do mais necessitado. Não nos aprofundaremos nos aspectos bíblicos, pois estes estão ensinados em muitos textos, lições de Escola Dominical e outros meios, e isso fugiria aos propósitos do presente texto.

Orígenes, um dos mais importantes eruditos dos primeiros séculos do cristianismo, escreveu *Contra Celso*, para defender o cristianismo de algumas acusações e maledicências que gregos e romanos faziam. Diz-se que Celso desdenhava da origem social dos cristãos como pessoas incultas e ignorantes, ironizando: “Os que deveras queiram saber a verdade, que deixem seus mestres e seus pais, e que se juntem com as mulheres e os meninos às habitações das mulheres, ou à oficina do sapateiro, ou à selaria, e ali aprenderão a vida perfeita” (GONZALES, 1991, p. 82).

Tal constatação de Celso mostra que, embora obviamente houvesse entre os cristãos pessoas cultas e mesmo com alguma riqueza, quanto mais para o início da Igreja olharmos, mais encontraremos a presença majoritária das classes sociais mais baixas na pirâmide social da época. Para a maioria dos cristãos primitivos, a palavra de Jesus sobre a bem-aventurança do pobre tinha um sentido bem literal. Um cristão chamado Hermas registrou diversas visões que teria tido sobre a Igreja. Ele viu uma torre sendo levantada e indagou sobre as pedras usadas, descobrindo que se tratava da Igreja, e, dentre as pedras, as redondas seriam os ricos que não serviam para a construção sem serem talhadas antes, isto é, com riquezas não se constrói a Igreja.

Havia dureza e radicalidade nessa concepção, mas outros eram mais amenos ao afirmarem que a riqueza poderá ser pecado se não for usada para o bem comum. Assim foi com Clemente, Basílio e João Crisóstomo, por exemplo. Portanto, a questão da existência de ricos e pobres estava bem presente na chamada Igreja primitiva. E, com isso, impunha-se a questão da ação social em benefício dos necessitados. O próprio Crisóstomo, além de criticar duramente os ricos, usou os bens da Igreja para o benefício dos pobres. Para muitos cristãos, o ideal do livro de Atos, de usar o bem para o benefício de todos e da vida comum, era muito claro. O cuidado do necessitado se fazia de modo natural nos primeiros tempos do cristianismo.

Ao se tornar rica e poderosa, a Igreja precisou interpretar essa questão para o novo tempo. Na Idade Média, pensava-se que os reis, os nobres e o clero tinham sido estabelecidos por

Deus e recebido a incumbência de cuidar dos necessitados. Os camponeses podiam trabalhar no campo com alegria, sabendo da vontade de Deus e que, dentro dessa vontade, o nobre senhor da terra era também seu beneficiário, seu cuidador. As esmolas eram incentivadas como desejo divino, e, assim, alguma justiça parecia estar sendo feita. Obras em benefício do necessitado eram vistas como fundamentais para o exercício da fé e, para muitos, necessárias para a própria salvação. Os mosteiros foram centros de ação social, pois, muitas vezes, distribuíam comida aos pobres e serviam como hospitais, leprosários e albergues para necessitados, órfãos e outros. Certamente, pode-se avaliar que tudo isso servia também para esconder o domínio dos poderosos, mas era assim que o pensamento geral funcionava e a ação social se fazia.

No período da Reforma Protestante do século XVI, houve a importante discussão iniciada por Lutero sobre a salvação pela fé ou salvação pelas obras, tão séria que levou o reformador a ter alguma reserva com a epístola de Tiago, por causa da ênfase nas obras. Como os protestantes enfatizaram a fé, procurando combater os exageros sobre a prática de boas obras na teologia medieval, radicalizaram esse aspecto em detrimento do outro. No entanto, as reformas na Europa sempre tiveram a característica de cuidar dos que mais necessitavam, e, na maioria as cidades onde o protestantismo prosperou, a legislação social, com importante apoio a exilados e proteção aos necessitados, é notória.

Para os calvinistas, a cidade de Genebra se tornou referência no modo de tratar questões sociais. Troeltsch (1931) apresenta algumas características do que considera o calvinismo primitivo: a doutrina da predestinação; um individualismo fundamentado em um agudo senso do pecado e pessimista condenação do mundo; o senso de responsabilidade e obrigação de render serviço pessoal como resultado da eleição; e, por fim, a “Comunidade Santa” que provê os meios de santificação e instrumentos que colocam toda a vida sob o controle de regras e propósitos cristãos.

Moldada pelo Espírito Santo e pela Palavra Divina, a comunidade é afetada em todos os aspectos da vida, na Igreja, no Estado, na família, na sociedade, na vida econômica e nas relações pessoais públicas e privadas. Assim, formulou-se uma ética mais abrangente do que apenas de realizações individuais,

mas, cobrindo toda a vida do mundo, resultou em uma penetrante doutrina social. Ao moldar toda a vida segundo padrões cristãos, o calvinismo era uma espécie de “socialismo cristão”, em que os privilégios sociais implicam obrigações com toda a sociedade (TROELTSCH, 1931, p. 579-690).

Não se pode deixar de citar a chamada reforma radical, representada principalmente pelos anabatistas, como a proposta mais ousada em termos sociais. De fato, esse grupo propunha a existência da Igreja como participação totalmente voluntária e totalmente separada do Estado. Suas ideias levaram à existência de comunidades que confrontaram o poder político e promoveram, em muitos casos, colônias igualitárias. Algumas dessas comunidades sobreviveram em relativo isolamento do mundo circundante e existem até hoje não só na Europa, mas também na América do Sul, incluindo o Brasil.

Os dois séculos que seguem o tempo da Reforma Protestante apresentaram novas buscas espirituais e religiosas que queriam ampliar a renovação da Igreja ou fugir do dogmatismo que dirigia alguns setores. O interessante é que esses movimentos estiveram plenamente preocupados também com a ação social. Na Grã-Bretanha, os puritanos desejavam purificar a Igreja para limpá-la de quaisquer resquícios do catolicismo, e, em meados do século XVII, esse movimento se tornou tão poderoso que dominou o Parlamento convocado pelo rei. Ao votar contrariamente aos interesses reais, provocou uma guerra civil e tomou o poder por meio do exército liderado pelo puritano Oliver Cromwell, o qual se tornaria lorde protetor, em um período em que a Inglaterra foi governada sem um rei.

Na região germânica, surgiu o movimento pietista, que pretendia transformar a Igreja, lutando contra o dogmatismo e a religiosidade fria que julgava estar presentes. Propunha mudanças na vida religiosa do povo e em muitos hábitos eclesiásticos, como a leitura diária da Bíblia nos lares, maior simplicidade na pregação, dentre outras. Ao dirigir uma universidade, o grupo influenciou o desenvolvimento do movimento missionário. A preocupação social estava presente no pietismo e no puritanismo. Havia o entendimento de que uma vida piedosa e próxima de Deus deve obrigatoriamente motivar os cristãos a agir em benefício do mais necessitado. A construção de escolas, creches e hospitais foi um dos resultados tanto na Alemanha como na Inglaterra, além da intensa participação política.

Os dois movimentos anteriores influenciaram o surgimento de um terceiro, o qual apareceu na Inglaterra já no século XVIII. Trata-se do metodismo. Alguns estudantes universitários criaram um grupo denominado “Clube Santo” e, por aplicarem um método objetivo para desenvolver a vida cristã prática, foram chamados posteriormente de “metodistas”. A ênfase do grupo era a experiência com Deus, isto é, de nada adiantaria o conhecimento da doutrina sem experiência real na vida cotidiana. Porém, essa experiência tinha de levar o crente a agir em cumprimento da Escritura, incluindo a necessidade de realizar boas ações em favor dos fracos. O movimento cresceu a tal ponto que se separou da Igreja oficial da Inglaterra, depois da morte de seu principal líder, João Wesley, quando foi criada a Igreja Metodista, que se tornaria uma das maiores denominações da América do Norte. Sua teologia da experiência com Deus influenciou enormemente as diversas igrejas da colônia britânica, depois, os Estados Unidos da América. Uma importante consequência disso foi o surgimento do movimento “Grandes Avivamentos”, ocorrido nos séculos XVIII e XIX. Esse movimento atingiu diferentes denominações na Europa e nos Estados Unidos, onde teve enorme alcance. Carregado de experiências emocionais, até mesmo com resultados físicos, tais como gritos e desmaios, os avivamentos levaram muita gente para as igrejas. Entre as consequências do movimento, há uma preocupação crescente com as condições da sociedade, especialmente em relação aos mais pobres e que sofrem. Assim, ocorreram diversas lutas por reformas sociais, como defesa de escolas públicas para todos, melhorias nos presídios e abolição da escravidão.

A grande urbanização provocada pela Revolução Industrial levou os cristãos a refletir sobre a prática da Igreja em relação aos mais necessitados. Nas cidades que cresceram de forma espantosa, os problemas se ampliaram. Alcoolismo, violência, prostituição, crianças órfãs ou abandonadas e outras tantas mazelas passaram a fazer parte do cotidiano das cidades que cresciam enquanto a indústria prosperava e a economia dava saltos de produção e riqueza. Mesmo antes de pensar teologicamente sobre essas questões, os protestantes agiram de forma prática. Por exemplo, surgiu a Escola Dominical para atender a infância que era obrigada a trabalhar desde tenra idade, sem

chance de um mínimo de instrução e cuidados morais e espirituais; foram criadas organizações como a Associação Cristã de Moços e Associação Cristã de Moças, para retirar o jovem dos perigos dos vícios e das diversões perigosas e dar oportunidade de entretenimento sadio. Creches, lares para mães solteiras, assistência a mendigos e outras atividades fizeram parte dos programas de diversas igrejas na Europa e nos Estados Unidos.

Ao refletir teologicamente sobre as novas condições sociais desse período, a teologia protestante teve de lidar com o pensamento iluminista. A influência e o uso do Iluminismo na teologia protestante levaram ao surgimento do que ficou conhecido como teologia liberal. Conquanto muito se possa criticar essa expressão teológica própria de seu tempo, por deixar de lado as especificidades do sagrado, ao aplicar métodos iluministas, racionais, para entender o divino e a relação humana com a sagrado, quero apenas notar aqui a relevância que questões sociais ganharam nessa teologia.

De fato, como a teologia ligada ao pensamento racional iluminista não era capaz, muitas vezes, de interpretar o mistério do divino, acabou por interpretar tudo a partir do ser humano e de suas relações. O Evangelho passou a ser visto como um conjunto de padrões a serem seguidos para o estabelecimento do Reino de Deus na Terra. A ética de Jesus deveria ser seguida, mais do que relacionar-se com ele mesmo, Jesus, como Deus.

Nos Estados Unidos da América, não houve um apego grande ao pensamento da teologia liberal, no entanto ainda se pode encontrar alguma influência, como no caso do chamado Evangelho Social. Nessa escola teológica, procurou-se interpretar o Evangelho para o mundo daquela época, industrializado, urbano, de baixos salários e vida dura para os operários. Não deixa de ser importante notar que foi a partir de seu trabalho na cidade de Detroit que o pastor Walter Rauschenbusch desenvolveu suas ideias, convivendo com as agruras dos operários na metrópole do automóvel. As ideias do Evangelho Social tiveram grande circulação no Brasil por meio do livro de Charles Sheldon (2010), *Em seus passos que faria Jesus*, publicado em 1896 nos Estados Unidos, com sucessivas edições em várias partes do mundo e dezenas de edições em nosso país. Esse é o período da entrada dos primeiros missionários protestantes no Brasil.

2. PENSAMENTO SOCIAL NO PROTESTANTISMO BRASILEIRO: O LIBERALISMO

O protestantismo chegou ao país no início do século XIX, quando os ingleses apoiaram a vinda da corte portuguesa para sua maior colônia ultramarina. Logo após a independência, o novo império viu a oportunidade de usar alemães para o povoamento de algumas regiões, e isso trouxe luteranos para o território nacional. No entanto, esses protestantes se mantiveram relativamente isolados com sua fé, sem realizar nenhum tipo de propaganda. A presença protestante que se dedicou ao trabalho proselitista começou na década de 1850. Congregacionais, presbiterianos, metodistas, batistas e episcopais implantaram missões no território brasileiro antes do final do século XIX.

As denominações protestantes vieram de um contexto em que as questões sociais haviam sido colocadas em pauta seja pela prática das igrejas, seja pela teologia. As necessidades provocadas pelas mudanças sociais, como vimos anteriormente, levaram os cristãos a criar alternativas de ajuda aos necessitados. Nos Estados Unidos da América, de onde saiu a grande maioria dos missionários, o movimento dos grandes avivamentos, além de influenciar muitos a retornar às igrejas, santificar suas vidas e despertar para a ação social, também incentivou o trabalho missionário.

Outra característica importante desse protestantismo norte-americano é a ideologia conhecida como *destino manifesto*¹, pensamento que entende ser o destino de sua nação civilizar as demais nações, especialmente as vizinhas do continente. Conscientes de ser o povo escolhido de Deus, os integrantes dessa ideologia se lançaram à empresa missionária, aproveitando as trilhas abertas pelos interesses econômicos e políticos ou abrindo novas. As missões pretendiam levar a fé, o progresso e o modelo de sociedade ideal, cristã, capaz de adiantar a vinda do Reino de Deus. A ação missionária em termos educacionais, de saúde e de técnicas agrícolas visava à formação dessa sociedade

¹ Sobre o destino manifesto, ver Míguez Bonino (2003, p. 14-19), Mendonça (1995, p. 54-57), Reily (2004, p. 33-34) e Aquino (1986, p. 312).

cristã progressista. Essa tarefa era vista como uma missão benéfica para os povos sem a luz do Evangelho e, por isso, mais atrasados (MENDONÇA, 1995, p. 54-60). As ideias de liberdade individuais pregadas pelo Iluminismo e aceitas pelo protestantismo como se fossem propriamente suas faziam parte desse arcabouço, e isso influenciou os setores liberais da nação a imaginar que a presença protestante seria de grande valia na implantação de um país progressista e livre. É nesse contexto que o protestantismo missionário chega ao Brasil. E é assim que podemos encontrar uma lição para a Escola Dominical, já no ano de 1948, a defesa de países “verdadeiramente cristãos” como ideal de sociedade, exemplos de garantias de paz e liberdade:

O cristianismo é contra a opressão e a favor da colaboração, da igualdade, da fraternidade, da união. Quando falta o cristianismo prático, ainda que haja o teórico e formal, o terreno está preparado para que a opressão germine. Os países mais cristãos são os mais livres, aqueles em que o indivíduo goza de mais paz e sente que realmente é livre, possuidor de direitos, garantias e regalias como homem e como cidadão. O mesmo não se dá nos países que se distanciaram dos ideais cristãos (CURSO POPULAR, 1948, p. 34)².

Esse protestantismo entendia que seria possível transformar a sociedade com a pregação do Evangelho e com a ação social, pois esta realizava a evangelização de forma indireta. Um povo mais educado, saudável e alimentado chegaria ao conhecimento da verdade do Evangelho. Por isso, o protestantismo missionário criou escolas, creches, ambulatórios, hospitais e escolas agrícolas. Em muitos Estados brasileiros, podemos encontrar escolas em pleno funcionamento até hoje, dirigidas por diversas denominações, principalmente presbiterianos, batistas e metodistas. A Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Colégio Mackenzie e a Universidade Metodista de Piracicaba são fruto dessa época, concentrando os esforços de missionários presbiterianos. Diversas cidades brasileiras têm seu “hospital evangélico”, alguns ainda hoje diretamente ligados a alguma igreja evangélica.

² As revistas para a Escola Dominical eram produzidas pela Confederação Evangélica do Brasil, publicadas trimestralmente, e serviam a diversas denominações.

Quando já havia uma liderança brasileira importante, os protestantes ousaram promover a participação política para transformar o país. Em 1932, vinte pastores lançaram o manifesto “Memorial – dirigido aos crentes Evangélicos de todo o Brasil”, que visava preparar os crentes para participar nas eleições para a Constituinte. No memorial, foram lançadas sugestões para o funcionamento político e social do país:

Urge abandonar de vez a atitude de simples observadores, atitude de expectativa, de aparente bem estar, de indiferença e comodismo! [...] Urge que a voz dos evangélicos de todo o Brasil se faça ouvir por aqueles que vierem a compor a Assembléia Constituinte. [...] Os abaixo assinados vêm pedir aos ministros, aos oficiais de igrejas, aos crentes professos de ambos os sexos, aos amigos do Evangelho, em todo o Brasil, que, sem perda de tempo, se qualifiquem como eleitores e adotem os seguintes pontos básico de orientação cívica (O PURITANO, 1932, p. 3)³.

Quanto à ordem política, defendem-se: 1. “a forma presidencialista republicana”; 2. “a verdade eleitoral absoluta, baseada no voto secreto”; 3. “justiça popular, rápida e gratuita”; 4. “completa laicidade do Estado e, conseqüentemente, a do ensino oficial”. Quanto à ordem social, propõem-se: 1. absoluta liberdade de pensamento e sua manifestação; 2. regime cooperativista nas relações entre operário e patrão, participação dos empregados nos lucros, assistência médica e judiciária; 3. proteção à família, com casamento civil gratuito, divórcio, reformatórios para mulheres, cuidado com a infância e a velhice; 4. educação popular obrigatória para todos, com programa mínimo nas escolas de todo o país, instrução secundária, profissional e superior acessível aos menos favorecidos; e 5. pacifismo (O PURITANO, 1932, p. 3).

Ao ser fundado o Partido Democrático Social, em 1931, o pastor presbiteriano Mattathias G. dos Santos declarou que “os pontos fundamentais [...] coincidem perfeitamente com as aspirações do protestantismo brasileiro, em matéria de renovação política e social do Brasil”, quais sejam, ampla defesa das

³ O jornal *O Puritano* foi criado no final do século XIX e tornou-se um verdadeiro porta-voz do presbiterianismo brasileiro.

liberdades individuais, governo parlamentar, honestidade eleitoral, justiça popular e gratuita, laicidade do Estado e do ensino oficial, liberdade de pensamento e sua manifestação, socialização do capital e trabalho com regulamentação do ofício da mulher e do menor, casamento civil gratuito, divórcio, proteção à mulher e assistência à infância, extinção do analfabetismo e extinção do parasitismo militar (O PURITANO, 1931, p. 3). Como se vê, havia interesse nas questões políticas e sociais de nosso país. Os protestantes não se esquivaram de apresentar uma contribuição plausível para a transformação da sociedade nacional. A questão da ação social era ampliada para a participação na vida pública e política, visando transformar a nação e melhorar a vida de todos.

Uma característica do pensamento teológico que incorporava o liberalismo era o individualismo. A liberdade individual sempre foi vista como um direito sagrado para o protestantismo, afinal, desde a Reforma Protestante, foi proclamada essa liberdade pessoal que coloca o crente frente a frente com Deus, sem intermediários, livre de qualquer amarra e de qualquer mediador, a não o Senhor Jesus. A salvação fica restrita ao indivíduo, e a sociedade só aparece como um conjunto de indivíduos. Se estes forem maus, a sociedade será má; se forem bons, ela será boa, como diz uma lição da revista da Escola Dominical:

O fim principal do Evangelho é atingir o homem individualmente. A salvação é pessoal, bem como o arrependimento e a fé. Mas, por intermédio do indivíduo, o Evangelho afeta o meio social, a comunidade. Há, por isso, no Cristianismo, uma finalidade social. Ele transforma, beneficia, aperfeiçoa e unifica a comunidade, exercendo o seu poder nos indivíduos que a compõem. Assim sendo, concluímos que há grandes bênçãos para a sociedade cujos membros aceitaram o Evangelho e vivem de acordo com os seus princípios (CURSO POPULAR, 1939, p. 19).

Mais de uma década depois, duas outras lições enfatizam esse ensino individualista:

O Espírito Santo tem agido nos corações humanos, transformando caracteres e vidas, e, lentamente, vem construindo um mundo melhor. Pela aceitação de sua obra, que regenera, converte e

santifica, teremos um mundo melhor (CURSO POPULAR, 1954, p. 3).

Guiados por esse Espírito, batizados por ele, cheios da sua plenitude, o homem se renova, e renovando-se, constitui uma força de reconstrução do mundo (CURSO POPULAR, 1954, p. 5).

A prática de ações em benefício do próximo era ensinada e desejada, independentemente de ser executada por indivíduos ou pela comunidade. O protestantismo levava os membros a participar, contribuir e trabalhar na assistência social, embora o individualismo pudesse ser um obstáculo para essa participação. O desafio era cumprir o mandamento de Jesus: “Esse amor amplo, que abrange a humanidade inteira, expressa-se pelo termo filantropia” (BRASIL PRESBITERIANO, 1959, p. 8). Os missionários organizaram hospitais e orfanatos. Erasmo Braga cita, na década de 1930, que os presbiterianos tinham hospitais no Rio, em São Paulo, em Goiás, na Bahia, além de clínicas em igrejas locais (BRAGA; GRUBB, 1932, p. 79-80). Em 1930, havia o problema de doenças como a tuberculose e a lepra, que não poderiam ser tratadas se a Igreja não se organizasse e ajudasse (O PURITANO, 1930, p. 6). Em 1937, a Associação de Senhoras Evangélicas de São Paulo fundou a Escola de Enfermeiras (O PURITANO, 1938, p. 2). Um secretário do Hospital Evangélico escreveu sobre as credenciais do Evangelho encontradas em obras como hospitais, asilos e orfanatos, que, se não são criações do cristianismo, são obras da filantropia mais elevada e ampla que se encontra nos países verdadeiramente cristãos (O PURITANO, 1926, p. 6-7).

Esse tipo de consideração fundamentava-se na teologia cristã e também no pensamento liberal iluminista, que considerava as liberdades pessoais fundamentais. A partir dessas liberdades individuais, planejava-se a ação social. As pessoas só estariam preparadas para se desenvolverem se tivessem educação e condições melhores de vida. Esse desenvolvimento também poderia promover o protestantismo, pois pessoas educadas e preparadas, ao escolherem o melhor caminho religioso, com liberdade de culto no país, chegariam inevitavelmente ao protestantismo. Assim, protestantismo, liberdades individuais e ação social estavam plenamente ligados entre si.

3. PENSAMENTO SOCIAL NO PROTESTANTISMO BRASILEIRO: A RESPONSABILIDADE SOCIAL

As profundas transformações sociais pelas quais o Brasil passou nas décadas próximas à metade do século XX permitiram que muitos protestantes se perguntassem sobre a forma e a eficiência da ação social realizada. Na década de 1940, a *Fé e Vida*⁴, uma importante revista, tinha uma seção que fazia reflexões sobre a ação social do cristão. João Del Nero assinava a seção da publicação com o título “Problemas sociais”. Criticava o exagerado individualismo presente no protestantismo, a falta de entendimento da responsabilidade pela sociedade além do indivíduo, propunha uma democracia social e desafiava a Igreja:

Uma das causas do aparecimento do estado totalitário foi, sem dúvida, pregar a igreja apenas o aspecto individual do cristianismo. Não se preocupou com o seu aspecto social [...]. O objetivo do cristianismo não é, apenas, preparar o homem para a outra vida. A mensagem de Cristo não é a negação da vida – é vida abundante (FÉ E VIDA, 1941, p. 355-359).

Acham que unicamente pela conversão do indivíduo se poderá ter uma sociedade melhor. [...] A sociedade não é apenas a soma dos indivíduos que a compõem. Nela há tradições, leis, sistemas econômicos, que não se explicam apenas pela atuação dos indivíduos. Embora não seja um organismo, com vida autônoma, a sociedade tem elementos próprios. De modo que, ao lado da transformação dos indivíduos, é necessário transformar a sociedade, isto é, proceder-se a um ataque, em larga escala aos males sociais. [...] Se não se fizer isso, os indivíduos transformados, quando muito, poderão cair no ascetismo ou na filantropia, o que não resolve o problema (FÉ E VIDA, 1942, p. 13-14).

Na realidade os homens são desiguais, de modo que tratá-los igualmente seria a maior das injustiças. Igualdade, segundo o

⁴ Depois a revista teve seu nome mudado para *Unitas*, no bojo do desejo de cooperação e unidade que os protestantes desenvolviam.

conceito clássico, é tratar desigualmente aos desiguais. Este conceito é também pregado pelo cristianismo. [...] Compreendendo esta necessidade, a democracia moderna – Democracia-Social – põe em primeira plana *[sic]* a justiça e não a liberdade, como fazia a antiga democracia liberal. [...] A sociedade tem o dever de proteger o fraco, isto é, o pobre, o desempregado, a criança. Não é bastante que se lhes atirem as migalhas [...] o rito da esmola é um sinal de que uma sociedade que se diz cristã não está enfrentando os problemas sociais [...]. A Igreja não deve colocar-se no pináculo do templo, do alto dos seus privilégios morais e espirituais, a contemplar as multidões que sofrem e desesperam (FÉ E VIDA, 1941, p. 409-411).

Outras pessoas colaboraram com a seção, e, em 1959, Lauro Bretones defendeu a mudança das estruturas sociais, claramente em consonância com o momento político de então:

Mas sustentamos o ponto de vista segundo o qual é preciso mudar a estrutura da sociedade em que estamos vivendo. O peso das críticas, via de regra, recai sobre a família desagregada. Mas nós nos esquecemos de que essa família desagregada é fruto de uma sociedade desagregada. [...] É preciso dar à nova geração uma nova visão da vida. Mas fazer isso, dentro da estrutura socio-política-ético-econômica em que estamos, parece-nos perda de tempo e de energias. É preciso mudar essa estrutura como base de uma nova sociedade (UNITAS, 1959, p. 36-40).

Nesse período, a influência do movimento ecumênico foi importante na forma como o protestantismo brasileiro articulou a questão da ação social da Igreja. Ao ser organizado o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em 1948, debateu-se a tese da “sociedade responsável”, conclamando a Igreja a exercer, em obediência ao Senhor, papel fundamental na renovação da sociedade (WORLD COUNCIL OF THE CHURCHES, 1948, p. 74-87). Em 1954, a segunda assembleia do CMI desafiou os cristãos a participar de forma envolvente nas questões sociais e políticas, encorajando alguns brasileiros a realizar a Primeira Reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja, em 1955, o que resultaria no Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Os títulos das palestras indicam a profundidade e

o compromisso que se esperavam da Igreja na sociedade daquela época: “Problemas dos países de rápida mudança social”; “O conceito da *Responsible Society* pelos protestantes hodiernos”; “Fundamentos bíblicos e teológicos da responsabilidade cristã na esfera político-social”; “A doutrina de Lutero, Calvino e dos Anabatistas e sua significação para a época social cristã” (sic); “O significado e as conseqüências da Incarnação” (sic); “Doutrina da intervenção indireta na política”; e “A realidade político-social latino-americana”. Na segunda reunião de estudos, o tema foi “A Igreja e as rápidas transformações sociais”, e a terceira reunião teve como tema a “Presença da Igreja na evolução da nacionalidade”. A essa reunião compareceram não apenas teólogos ou líderes eclesiais, mas também intelectuais como o sociólogo Florestan Fernandes, que falou sobre a sociedade de classes no país e a importância da ação do líder religioso na transformação da sociedade.

Em 1959, por ocasião do centenário do presbiterianismo no Brasil, a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas realizou sua assembleia quinquenal em São Paulo. O tema geral dos estudos foi “O Senhor que é servo e seu povo servidor”, o que indica a preocupação social presente na instituição. A capa do livro produzido para a ocasião reproduz a cena de Jesus lavando os pés dos discípulos, em quadro pintado por Rembrandt. Diz que o pastor precisa compreender a situação e deve “levar seu povo a reconhecer que as questões verdadeiramente atinentes à fé cristã são decididas no mercado, na escola e nas assembleias legislativas” (ALIANÇA MUNDIAL DE IGREJAS REFORMADAS, 1959, p. 4).

A quarta reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da CEB, a última e a mais importante, foi a Conferência do Nordeste, que ocorreu em Recife, em julho de 1962, com o tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, mostrando que os protestantes deveriam participar efetivamente das transformações nacionais. Nas palestras, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Paul Singer e Juarez Brandão Lopes analisaram a sociedade brasileira e forneceram referencial teórico e metodológico para que os teólogos e pastores refletissem sobre a ação da Igreja no contexto social.

Deve-se anotar aqui a importância da presença do missionário presbiteriano Richard Shaull, que chegou ao Brasil em 1952. Sua presença foi marcante na educação teológica,

tendo lecionado no Seminário Presbiteriano do Sul, no trabalho com a juventude evangélica e nas atividades do Setor de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja da CEB. Em *O cristianismo e a revolução social*, Shaull (1953, p. 78-80), afirma:

Muito mais sério é o fato de que muitos protestantes pensam da política, como uma daquelas regiões negras em que um cristão nunca deve penetrar [...] a política é corrupta, e um cristão verdadeiro de modo nenhum deve participar da vida política, sacrificando, assim, os seus princípios. [...] Se esta atitude tem impedido que os cristãos participem da vida política, no passado, também o desqualificará definitivamente para o futuro. Porque forças cruéis estão tomando o controle de nossas instituições, e em tais movimentos as exigências da vida política serão cada vez mais contrárias aos princípios cristãos. Eis aqui, então, o dilema que temos de enfrentar: a política está se tornando a força mais decisiva da sociedade moderna; mas, quanto mais isto ocorre, menos capazes nos tornamos, nós, de agir nela, como protestantes. [...] Se a Igreja permanecer afastada o cristianismo não terá influência na sociedade futura e permitirá que outros, como os comunistas, dominem a sociedade; porém, conclui, a fé cristã é a única capaz de contribuir de modo a garantir a sobrevivência da sociedade moderna, desertar pode significar impedir o mundo de sua própria subsistência.

Em sua palestra na Conferência do Nordeste, Shaull (1962, p. 12) fala sobre como agir na sociedade e na política:

A presença dos evangélicos nas estruturas da vida latino-americana contemporânea tem dois aspectos principais. 1. Presença, como servo de Cristo, na vida profissional de cada país – como médicos e assistentes sociais, professores e engenheiros, industriais e operários. 2. Presença, com profundo senso de vocação cristã, dentro dos movimentos políticos, sindicais e de estudantes e outras agremiações de classe e de comunidade em que as lutas mais intensas se realizam neste momento.

Autoridades eclesásticas também se posicionavam sobre o assunto. Por exemplo, o jornal *O Puritano* (1957, p. 1-2) transcreveu palestra do então presidente do Supremo Concílio

da Igreja Presbiteriana do Brasil, o reverendo José Borges dos Santos Júnior:

Não hesito em dizer que uma igreja fora do mundo é uma igreja que desertou. Não hesito em afirmar que o lugar da Igreja é no mundo, bem como insisto em dizer que é indispensável trazer o mundo para dentro da Igreja. [...] Sim, é preciso trazer o mundo para a Igreja, porque só a Igreja, como instrumento do poder e da graça de Deus, tem recursos para salvar o mundo, isto é a política, a indústria, a lavoura, o trabalho e tudo aquilo que é do homem. [...] Se fosse para ficarmos alheios, o Senhor não teria pedido ao Pai: “Não rogo que os tires do mundo, mas que os livre do mal”.

Só há um meio de orientarmos a Igreja com inteligência, eficácia e aproveitamento de forças na sua ação e influência sobre os problemas reais que a defrontam no Brasil: estudar o assunto.

De que modo, sem comprometer a sua pureza, sem arriscar a sua dignidade e sem perder a sua liberdade, pode e deve a Igreja influir nos problemas que afetam e afligem o nosso povo? Esse é o problema. Evangelizar não é preparar e rotular um homem de modo que ele fique pronto para ser despachado para o outro mundo quando chegar a sua vez. Como homens de coração convertido a Jesus Cristo temos o dever de levar para todos os setores da vida humana o reino de Deus e a sua influência. [...] Está na hora da Igreja evangélica do Brasil tomar consciência e desobrigar-se, valorosamente, da sua responsabilidade social.

Em 1962, o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil aprovou um Pronunciamento Social, do qual apresentamos um excerto do texto integral que foi divulgado pelo jornal oficial denominado *Brasil Presbiteriano*. Depois de dizer que a ação social é um imperativo da fé cristã, que a encarnação é o modelo para a ação da Igreja, que os seres humanos devem ter assegurado seus direitos e que todas as formas de opressão devem ser recusadas, apresentam-se as seguintes instruções:

1. Dar, pelo púlpito e por todos os meios de doutrinação, expressão do Evangelho total de redenção do indivíduo e da ordem social.
2. Incentivar [...] uma cidadania responsável [...] nos Sindicatos, nos Partidos Políticos, nos Diretórios Acadêmicos, nas Fábricas,

nos Escritórios, nas Cátedras, nas eleições e nos corpos administrativos, legislativos e judiciários do país.

3. Clamar contra a injustiça, a opressão e a corrupção, e tomar a iniciativa de esforços para aliviar os sofrimentos dos infelicitados por uma ordem social iníqua, colaborando, também, com aqueles que, movidos por espírito de temor a Deus e respeito à dignidade do homem, busquem esses mesmos fins, assim como aceitando sua colaboração.

4. Opor [...] uma barreira inexpugnável contra as forças dissolventes do materialismo e do secularismo.

5. Lutar pela preservação e integridade da família e pela integração de grupos marginalizados pela ignorância e analfabetismo, pelos vícios, pelas doenças e pela opressão.

6. Dar à infância e à juventude uma formação cristã que as capacite a enfrentarem vitoriosamente o impacto dos paganismos contemporâneos.

7. Defender [...] a dignidade do trabalho, quer manual quer intelectual.

8. Fazer a proclamação profética incessante dos princípios éticos e sociais do Evangelho de modo que sejam denunciados todos os erros dos poderes públicos.

9. Defender a necessidade de mais equitativa distribuição das riquezas, inclusive da propriedade de terra, e advertir [...] aqueles cujo enriquecimento seja fruto da exploração do próximo.

10. Tornar o Estado consciente de todos os seus deveres, transmitindo-lhes corajosamente a palavra profética, especialmente nas horas de crises, prestigiando sua ação no estabelecimento da justiça social e oferecendo-lhe colaboração para a solução cristã de todos os problemas da comunidade (BRASIL PRESBITERIANO, 1962, p. 12).

Em lição para a Escola Dominical cujo tema era “Assistência social”, constatou-se um avanço em relação ao assistencialismo, com a aplicação de análises sociais e econômicas para identificação de problemas e planejamento de ação:

Importa [...] que a Igreja exerça a sua voz profética. É necessário determinar as causas da pobreza ou do sofrimento, ver que fatores estão concorrendo para esse estado de coisas. [...] Se as causas da pobreza e da miséria vêm de desorientação dos poderes constituídos, a Igreja igualmente deve levantar sua voz para

conclamar os poderes públicos a corrigirem suas falhas (CURSO POPULAR, 1962, p. 50).

Os jovens evangélicos brasileiros, por meio do Departamento de Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil, da União Cristã de Estudantes do Brasil e da Associação Cristã de Moços, destacavam-se na reflexão e nos atos sobre a ação social. Em 1952, o Congresso da Mocidade Presbiteriana teve como tema “Somos cooperadores de Deus”, e, em 1964, o tema foi “O jovem cristão e a realidade brasileira”. O jornal *Mocidade* (1956, p. 4-5), órgão de comunicação oficial da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana, estampou a notícia: “Com pá e picareta estudantes evangelizam”, sobre a ação na favela da Gamboa, Rio de Janeiro, que resultou na construção de escada e esgoto e organização dos moradores. Em 1945, o jornal *O Puritano* (p. 6) apresentou a proposta de criação de uma “Universidade Rural Presbiteriana”. Um aluno do Seminário de Campinas fez um relatório sobre um “Curso de Extensão Rural”, do qual participaram onze seminaristas presbiterianos, oito metodistas e um presbiteriano independente. De acordo com o estudante, o trabalho realizado pelos que ali estudam, em benefício do homem do campo, “é um trabalho missionário” que visa melhorar a situação de “muita miséria, muita doença, muita superstição, muita ignorância, muita falta de higiene e alimentação muito má”, em que vivia grande parte da população rural brasileira (BRASIL PRESBITERIANO, 1959, p. 7).

No entanto, é preciso destacar que as atitudes, a reflexão teológica e a prática social de uma parcela da Igreja não representam a totalidade dos protestantes. Havia uma disputa teológica e ideológica sobre o significado da Igreja e de sua missão que se fazia presente desde muito cedo. Por exemplo, uma lição de Escola Dominical, da revista publicada pela CEB, com o tema “O mundo e o cristianismo”, ensinava as quatro maneiras de ajudar o mundo: pregar, fazer trabalho missionário, difundir as Escrituras e dar testemunho (CURSO POPULAR, 1939, p. 24-27).

Houve um acontecimento determinante para que essa disputa ideológica e teológica se decidisse em favor dos que entendiam que a missão da Igreja é espiritual e não deve haver envolvimento com as questões sociais, além de ações filantrópicas pontuais e assistencialistas: o golpe militar de 1964. Em setembro desse ano, o artigo “Uma tendência perigosa”, com

críticas aos líderes que dão “ênfase exagerada à obra social da Igreja”, conclui:

Quem achar que a missão da Igreja é dar pão material ao povo e fazer obra social, que o faça. [...] Mas deixe em paz aquelas igrejas que estão pregando o evangelho aos pobres, que estão trazendo das trevas almas para a luz e recuperando centenas de perdidos. Essas igrejas agem assim porque acreditam, como Paulo, que “o reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz e alegria no Espírito Santo” (Romanos 14:17) (BRASIL PRESBITERIANO, 1964, p. 5).

Em geral, considerou-se grave erro teológico a defesa de políticas públicas e ação social em benefício dos mais necessitados. Essas ideias eram vistas como esquerdistas, e quem as defendia era prontamente acusado de comunista. No período da guerra fria internacional e do governo militar nacional, parecer aliado do comunismo soviético no Brasil significava ser traidor da nação e, sendo cristão protestante, significava também estar a serviço da teologia modernista, liberal, que confundia salvação da alma com resultados materiais. Não é difícil entender por que o golpe militar foi importante nessa definição. Todas as denominações do protestantismo histórico tiveram essa divisão presente de forma mais ou menos aguda, o que não é o caso de se detalhar aqui.

4. PENSAMENTO SOCIAL NO PROTESTANTISMO BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O protestantismo brasileiro deixou de lado, de forma importante e notória, grande parte da discussão em torno do assunto, já que mencioná-lo era perigoso no novo tempo após o golpe militar. As igrejas não se omitiram de realizar obras sociais assistencialistas, algumas de grande vulto e que trouxeram benefícios para muitas pessoas. No entanto, uma reflexão de maior vulto e ações consideradas mais contundentes deixaram de acontecer.

Houve grupos protestantes que se posicionaram e marcaram território, e, por isso, muitos perderam espaço em suas próprias denominações. Sem aprofundar, cita-se aqui a criação do Centro Ecumênico de Informação, em 1965, e do grupo Igreja e Sociedade na América Latina (Isal Brasil), em 1966, compostos de membros de diversas denominações e de pessoas que estavam anteriormente ligadas ao Setor de Responsabilidade Social da CEB. Em 1973, surge também a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese). Todavia, essas organizações estavam mais ligadas ao movimento ecumênico mundial, não se relacionando simpaticamente com as igrejas brasileiras pelos mesmos motivos já abordados sobre a disputa ideológica interna que ocorria.

Embora os protestantes não tenham deixado de lado a filantropia e as ações assistenciais, a reflexão mais profunda e ações concretas mais contundentes, sem a desconfiança que o movimento ecumênico causava, demoraram a acontecer depois do golpe militar. Em 1997, foi reestruturada a “Diaconia”, um setor da CEB criado em 1967, que, sob o regime militar, ficou amplamente desarticulado. Em 2003, criou-se a Rede Evangélica Nacional de Ação Social, juntando esforços de organizações que se dedicavam à ação social e que, com a nova entidade, adquiriram um espaço, um fórum e um ambiente para discutir e compartilhar as experiências. Antes, porém, da criação dessas organizações, a reflexão sobre a ação social não deixava de estar presente no âmbito do protestantismo brasileiro, refletindo o que acontecia na América Latina. Nas reflexões sobre o Evangelho integral, incorporava-se esse pensamento da responsabilidade social da Igreja e do cristão. Nesse sentido, foram importantes os encontros de reflexão teológica da Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL).

Uma importante organização mundial fundada na década de 1950 que se dedicou ao trabalho social, especialmente com crianças, foi a Visão Mundial, que chegou ao Brasil em 1975. A importância dessa organização está no fato que, além de arrecadar fundos e aplicar na transformação pontual de diversas regiões, passou a trabalhar com as comunidades de modo geral e a se dedicar ao socorro em situações emergenciais.

Uma agência importante na reflexão teológica sobre a responsabilidade social do cristão tem sido a revista *Ultimato*. Surgida na década de 1960 como um pequeno jornal, hoje é

uma revista respeitada no mundo evangélico. A reflexão mais aprofundada sobre questões sociais ocorreu a partir da década de 1980, quando foram incorporados articulistas como Paul Freston, Robson Cavalcante, Valdir Steunargel, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protestantismo brasileiro não deixou de pensar nas implicações sociais do Evangelho. Desde sua implantação até meados do século XX, essa reflexão teológica incluía o pensamento iluminista e a defesa das liberdades pessoais, por isso a educação para levar ao progresso foi fundamental na estratégia missionária. A reflexão e a ação eram mais filantropia e obras assistencialistas do que qualquer outra coisa, com base na atitude de cada crente. No início da década de 1950, as grandes mudanças nas condições sociais no país provocavam reflexões de intelectuais estudantes e políticos. No entanto, os protestantes também se puseram na tarefa de entender a nação e procurar os caminhos para transformá-la. Nesse momento, articula-se o pensamento de responsabilidade social da Igreja e do cristão que procura levar os cristãos ao engajamento na sociedade de modo a agir além da filantropia e do assistencialismo. Tarefas que envolviam até o envolvimento político foram incentivadas. Sempre houve, porém, os que discordavam dessa posição por entenderem que a função primordial da Igreja é espiritual. Assim, envolver-se com o material seria fugir do principal. O entendimento da necessidade de obras assistenciais fundamentadas no amor continuou, mas ficaram muito limitadas a quaisquer atitudes e discussões que pudessem ser confundidas com ideias comunistas.

Embora alguns grupos ecumênicos ainda procurassem realizar reflexões teológicas e tarefas práticas, seu isolamento das comunidades locais não permitiu abrangência maior nas igrejas. Mais recentemente, alguns esforços têm feito com que os protestantes novamente sejam despertados para a necessária tarefa da ação social como parte integral da comunicação do Evangelho de Jesus Cristo.

THOUGHT ABOUT SOCIAL ACTION IN BRAZILIAN PROTESTANTISM

ABSTRACT

The text presents an overview of social thought and action from the earliest days of Christianity until the arrival of missionaries in Brazilian land. In Brazil, the initial thought was about the importance of each individual Christian achieves social action in their practice in order to make society better. Later the thought expands on the concept of social responsibility of the Church and of the Christian. It was confusing for some as leftist or communist theory and, therefore, standstill after the military coup. Today there is a revival of theological thought and social action in Brazilian Protestantism.

KEYWORDS

Brazilian protestantism; Social thought; Social action; Ethics; Church.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA MUNDIAL DE IGREJAS REFORMADAS. *O Senhor que é servo e seu povo servidor*. Guia oficial de estudos para as Igrejas, 18º Concílio Geral, São Paulo, 1959. 35 p.

AQUINO, R. S. L. de. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BRAGA, E.; GRUBB, K. G. *The Republic of Brazil: a survey of the religious situation*. London: World Dominion Press, 1932. 184 p.

BRASIL PRESBITERIANO. Órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Arquivo Histórico Presbiteriano da Fundação Educacional Reverendo José Manoel da Conceição, 1958-1966.

CURSO POPULAR. Periódicos de educação religiosa. Confederação Evangélica do Brasil. 1934 a 1964. São Bernardo do Campo: Biblioteca “Dr. Jalmar Bowden” da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 1934-1964.

FÉ E VIDA. São Paulo: Instituto de Cultura Religiosa; São Bernardo do Campo: Biblioteca “Dr. Jalmar Bowden” da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 1938 a 1946.

GONZALES, J. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1991.

MENDONÇA, A. G. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1995.

MÍGUEZ BONINO, J. *Rostos do protestantismo latino-americano*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

MOCIDADE. Órgão oficial da Confederação da Mocidade Presbiteriana. São Paulo: Arquivo Histórico Presbiteriano da Fundação Educacional Reverendo José Manoel da Conceição, 1946-1960.

O PURITANO. Órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Arquivo Histórico Presbiteriano da Fundação Educacional Reverendo José Manoel da Conceição, 1910-1958.

REILY, D. A. *História documental do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Aste, 2004.

SHAULL, R. *O cristianismo e a revolução social*. Tradução Aureliano Lino Pires. São Paulo: Uceb, 1953. 104 p.

_____. Vida e estrutura da Igreja em relação com o seu testemunho na sociedade latino-americana. In: REUNIÃO DE ESTUDOS SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IGREJA – CONFERÊNCIA DO NORDESTE, 4., 1962, Recife. Recife: CEB, 1962. 12 p.

SHELDON, C. *Em seus passos que faria Jesus*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

TROELTSCH, E. *The social teaching of the christian church*. London: George Allen & Unwin; New York: The Macmillan Company, 1931.

UNITAS. São Paulo: Instituto de Cultura Religiosa; São Bernardo do Campo: Biblioteca “Dr. Jalmar Bowden” da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 1946 a 1960.

WORLD COUNCIL OF CHURCHES. Amsterdam. 22 ago. a 4 set. 1948.